

Covid-19 e o acesso à educação
nas 16 favelas da Maré:

IMPACTOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

SUMÁRIO

Pg.04

Introdução

Pg.17

Relação com a escola antes e durante a pandemia

Pg.07

Aprendizagem

p.20

Impactos na saúde

Pg.11

Acesso à internet e participação no ensino remoto

Pg.23

Professores: tecnologia digital e motivação

Pg.14

Apoio familiar

Pg.26

Política educacional





Pg.29

A rede pública de ensino na Maré

Pg.40

Recomendações para a garantia do direito à educação

Pg.31

Ideb e qualidade de ensino

Pg.44

Parceiros institucionais

Pg.34

Desenho da pesquisa

Pg.45

Expediente

Pg.36

Os atores da pesquisa

Pg.45

Equipe da pesquisa

→ Introdução

“Eu não consegui, eu não estudei. Eu não vou ser falso, fingir que eu fui um ótimo aluno. Eu estou boiando no 7º ano. Eu não vou mentir para a senhora, eu realmente não estudei.”

Aluno do 7º ano do Ensino Fundamental

O trecho acima reproduz a fala de um estudante matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental e ilustra um dado alarmante: quase três em cada quatro alunos de uma amostra de escolas públicas pesquisadas no Conjunto de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, contam que aprenderam pouco (48%) ou nada (26%) durante os dois primeiros anos da pandemia de covid-19.

A soma dos dois percentuais – 74% – dá a dimensão do desafio que as escolas públicas nas 16 favelas da Maré, assim como as do país inteiro, terão pela frente, em 2022, ao iniciar o terceiro ano letivo desde o surgimento do novo coronavírus. O dado, obtido em 2021, faz parte da pesquisa **Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio**, realizada pela organização não governamental Redes da Maré em parceria com o Instituto Unibanco.

É notório que a covid-19 mudou por completo o cenário da educação no Brasil e no mundo. Da suspensão das aulas presenciais, em março de 2020, até os esforços para oferecer ensino remoto, ensino híbrido e, por fim, reabrir as escolas por completo, a pandemia vem prejudicando, sem dúvida, a formação escolar de uma geração de estudantes.

Os impactos tendem a ser ainda piores em áreas periféricas, como o Conjunto de Favelas da Maré, onde os desafios para a garantia da educação de qualidade são maiores, se comparados a outras partes da cidade, do estado e do país. Esse momento difícil exige ações imediatas e articuladas do poder público, capazes de reverter os intrincados reflexos da pandemia na educação, sobretudo entre os mais pobres.

No início da crise sanitária, em meio às perdas de emprego, trabalho e renda e ao avanço do número de infectados e mortos, a Redes da Maré rapidamente articulou, com diferentes parceiros, a criação da campanha “Maré diz NÃO ao coronavírus!” O trabalho foi estruturado em seis frentes de atuação: Segurança Alimentar; Atendimento à população em situação de rua; Geração de renda; Acesso a direitos, cuidados e prevenção em saúde; Produção e difusão de informações e conteúdos seguros; e Apoio a artistas e grupos culturais¹.

O contato direto com as famílias revelou várias demandas e questões que era preciso tratar no contexto da pandemia, tendo em vista a natureza do trabalho de uma organização da sociedade civil, como a Redes da Maré. Ficou evidente, contudo, que, em relação à educação, as iniciativas das escolas e o esforço das famílias não foram suficientes para a manutenção do processo de escolarização de grande parte dos estudantes durante o ensino remoto.

Diante desse quadro, a equipe da Redes da Maré saiu em campo para entender quais eram, de fato, os desafios da comunidade escolar local - estudantes, responsáveis e profissionais de educação - nos 20 meses de 2020 e 2021 em que as atividades pedagógicas sofreram tantas conturbações.

¹Em 2021, teve início uma segunda fase da campanha, centrada em segurança alimentar, direito à educação e cuidados com a saúde. Foram distribuídas cestas de alimentação para seis mil famílias, disponibilizados computadores, telefones, tablets e pacotes de dados para cerca de mil estudantes, testagem gratuita para covid-19, telemedicina e apoio ao isolamento seguro, em caso de doença. <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/coronavirus#-fase2>

É neste contexto que a Redes da Maré foi buscar o estabelecimento de uma parceria com o Instituto Unibanco, a fim de realizar esta pesquisa com foco, justamente, na compreensão dos possíveis fatores negativos que impactam a educação no conjunto de favelas da Maré no período da pandemia.

O resultado do estudo evidencia diferentes aspectos das dificuldades de aprendizado durante a pandemia entre crianças e jovens dentro das favelas da Maré. O retrato revelador, mesmo que circunscrito a um território específico como a Maré, pode servir de bússola para reflexões e ações municipais, estaduais e nacionais. Afinal, a Maré é maior que 96% dos municípios brasileiros em termos populacionais. São dados que podem ajudar a reduzir danos e a promover políticas públicas mais efetivas, sobretudo num ano de eleições, em que a educação voltará ao centro de discussões e debates.

O Conjunto de Favelas da Maré é formado por 16 favelas e ocupa uma área de 4,5 quilômetros quadrados, entre as três principais vias de circulação do Rio de Janeiro (Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela). De acordo com o Censo Populacional da Maré, levantamento feito pela Redes da Maré, publicado em 2019, cerca de 140 mil pessoas moram na região, número equivalente ao de habitantes de um município brasileiro de médio porte. Em 2019, cerca de 20 mil estudantes estavam matriculados nas 50 escolas públicas do conjunto.



A pesquisa **Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio** teve início em março de 2021, com coleta de dados até setembro. Num primeiro momento, foram realizadas 89 entrevistas aprofundadas, com gestores públicos de educação do município e do estado do Rio de Janeiro, profissionais de educação (diretores, coordenadores pedagógicos e professores), responsáveis e alunos, de 18 escolas públicas da região. Num segundo momento, foram aplicados 832 questionários: 630 entre alunos, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio; 101 entre responsáveis; e 101 entre profissionais de educação. Nesta fase, a pesquisa concentrou-se em 13 escolas públicas da Maré – nove municipais e quatro estaduais, incluindo estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e um de Ensino Técnico. O estudo ainda sistematizou os principais atos normativos editados pelos governos municipal, estadual e federal durante a pandemia. Como se sabe, a falta de articulação entre os diferentes níveis do poder público expôs os limites do pacto federativo brasileiro. Finalmente, a pesquisa incluiu dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade do ensino no país, referente às escolas da Maré.

A partir da escuta dos diferentes atores (estudantes, famílias e profissionais de educação), foi possível traçar um panorama da situação nos últimos dois anos e identificar as principais demandas da comunidade. O objetivo mais imediato é compreender o contexto para qualificar o diálogo com as diferentes instâncias do poder público, a fim de colaborar com políticas educacionais alinhadas às necessidades concretas dos moradores da Maré.

O direito à aprendizagem deve ser garantido a todos. Mais do que nunca, são necessários novos investimentos e o resgate de antigos compromissos.



APRENDIZAGEM



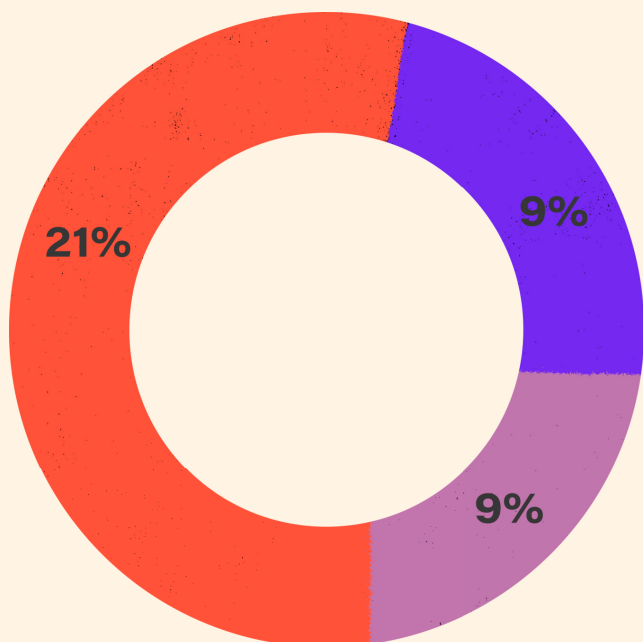
APRENDIZAGEM



Professores e gestores educacionais compartilham suas percepções sobre os impactos da pandemia no aprendizado dos alunos. O efeito negativo foi “muito alto” na percepção de 60%, enquanto outros 36% classificaram o impacto como “alto”. A soma dos dois grupos chega a 96% – quase a totalidade dos profissionais de educação ouvidos nesta pesquisa.

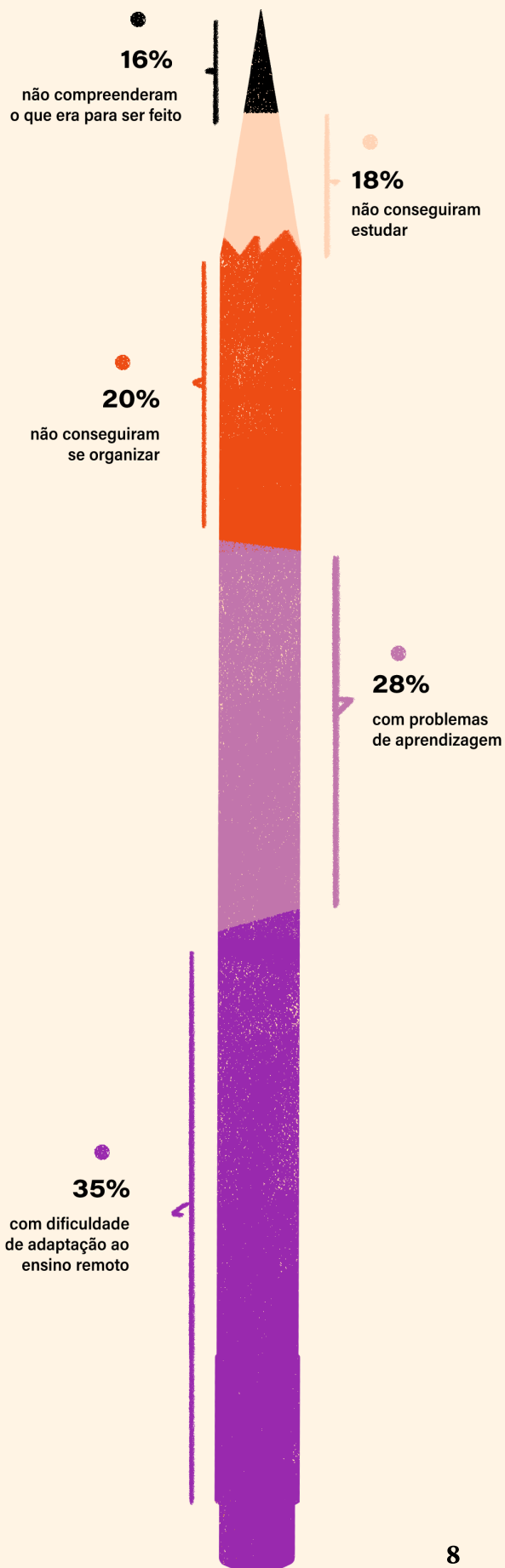
Do ponto de vista dos alunos, 69% reconheceram que a pandemia prejudicou seus estudos. Entre os motivos apontados pelos estudantes, estão a dificuldade de adaptação ao ensino remoto (35%) e problemas de aprendizagem (28%). Uma parcela dos alunos disse que não conseguiu se organizar (20%) ou estudar (18%) nesse período, enquanto (16%) afirmaram nem sequer ter compreendido o que precisavam fazer para seguir com os estudos. As dificuldades também foram de natureza emocional, como desmotivação (21%) e tristeza (9%), além de problemas com a própria saúde (9%). Sem falar na falta de acesso à internet.

Dificuldades emocionais dos alunos:



- desmotivação
- problemas de saúde
- tristeza

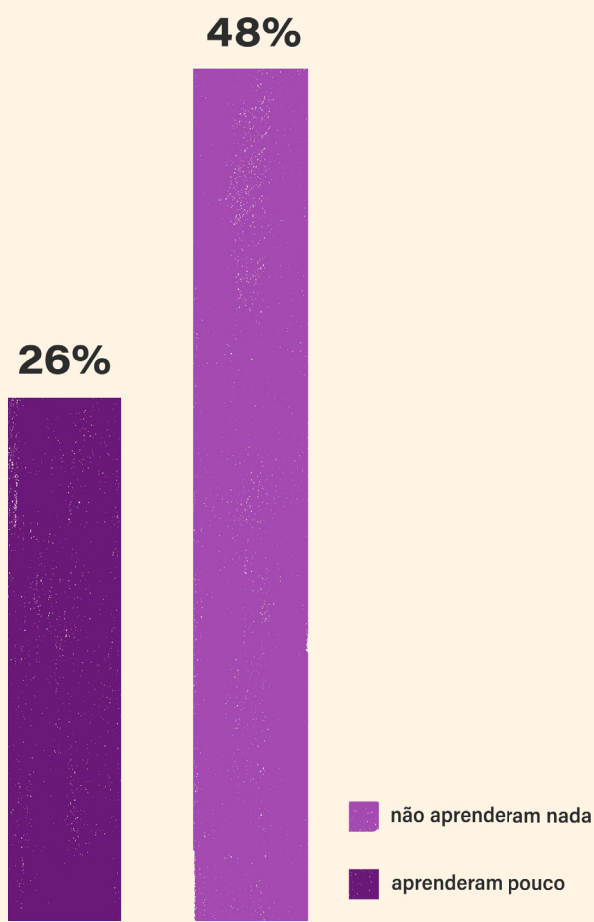
Problemas nos estudos:



Mais da metade dos alunos – 57% – afirmou que sua vontade de estudar na pandemia diminuiu (33%) ou diminuiu muito (24%). Uma jovem do 3º ano do Ensino Médio definiu seu desânimo: “Às vezes dá até vontade de desistir”, contou. “Não desisti, continuei estudando, só que numa frequência bem menor do que eu estudava quando tinha as aulas.”

O levantamento revelou uma questão alarmante: 26% dos estudantes afirmaram não ter aprendido “nada” durante a pandemia. Quando se junta esse grupo com os 48% que disseram ter aprendido “pouco”, chega-se ao impressionante percentual de 74%. Sim, quase três quartos dos alunos que responderam ao questionário declararam ter aprendido pouco ou nada.

Outra aluna fez menção à defasagem de conteúdos de anos anteriores. Tal situação foi agravada, a partir de 2020, com o início da pandemia e a suspensão das aulas presenciais. Naquele ano em particular, os estudantes foram aprovados automaticamente. “Tem muitos de nós que não lembram dos anos passados e da série que a gente pulou por causa da covid-19”, disse a aluna do 1º ano do Ensino Médio.



Um jovem contou ter desistido de se matricular na escola em função da pandemia: “Eu completei o 9º ano, passei, e era para eu ter me matriculado. Mas como [teve] essa pandemia, não consegui: fechou tudo e ficou muito difícil. Então, fiquei um ano sem estudar. Só por conta própria, pesquisando, para não perder, entendeu, mas matriculado em escola, não estava.”

Infelizmente, a história desse jovem não é um caso isolado. O número de crianças e adolescentes moradores das favelas da Maré que deixaram de frequentar a escola nos últimos dois anos teve um crescimento grande, como vem comprovando o projeto Busca Ativa, coordenado pela Redes da Maré em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que procura alunos fora das salas de aulas. Instituída em janeiro de 2021 de forma remota e em junho do mesmo ano nas ruas, a iniciativa cadastrou 983 crianças e adolescentes até dezembro. A maioria vem de listas fornecidas pelas escolas públicas da Maré, mas nas visitas diárias, a equipe de campo formada por seis pessoas acaba descobrindo outros tantos estudantes distantes dos bancos escolares. No entanto, os dados oficiais de evasão ainda não foram mensurados.

Outro projeto da Redes, o Impacto de Vida, também buscou diminuir a falta de condições objetivas de acesso a equipamentos eletrônicos e internet entre estudantes das 16 favelas da Maré. Em 2021, 314 crianças e adolescentes receberam chips com acesso à internet e 174 tablets.

Transferir a sala de aula para dentro do lar não foi tarefa fácil e pode explicar, em parte, o desânimo de muitos estudantes. Um aluno do 3º ano do Ensino Médio, por exemplo, contou que costuma fazer as atividades escolares sentado ou deitado na cama, já que a mesa da casa é usada para outras demandas da família, inclusive para cozinhar. Um aluno do 8º ano do Ensino Fundamental descreveu assim as dificuldades de conciliar rotina doméstica e escolar: “Eu tenho que fazer as coisas de casa, tem barulho e não consigo me concentrar.” Uma aluna do 1º ano do Ensino Médio mencionou “brigas dos pais” e “irmão pequeno” como fatores que atrapalham quem estuda em casa.

Uma profissional da educação falou sobre a sua experiência com o ensino remoto: “Não desmerecendo o ensino à distância, mas as aulas remotas, para mim, serviram muito mais para a gente não perder o vínculo com o aluno e o aluno não perder o vínculo com a escola.”

A ausência de interação presencial com professores, que operam como fonte de estímulo, também resultou em desmotivação para o processo de aprendizagem, como apontou um aluno do 2º ano do Ensino Médio: “O ensino remoto não me incentiva.” Outro aluno, do 1º ano, destacou que o aprendizado na pandemia exige um nível maior de determinação pessoal: “Por não ter a presença do professor, fica mais difícil, então a gente tem que se esforçar mais para conseguir entender as matérias e não perder, continuar no foco.”

A mãe de uma aluna do 7º ano do Ensino Fundamental refletiu sobre a postura de cobrança que adotou para contornar o desinteresse da filha: “Tem que ficar em cima. Quando estava na escola, ela tinha mais interesse para estudar, pegar os livros. Ia fazer o dever sem eu mandar. Agora não.”

Apesar de reconhecerem o elevado grau de prejuízo na aprendizagem, os profissionais da educação se dividiram quanto à expectativa de superação do problema. Pouco mais da metade (56%) acredita que será possível reverter os efeitos negativos, por meio da recuperação dos conteúdos, enquanto 44% consideram essa missão impossível. Nessa mesma direção, 45% desses profissionais preveem o aumento nos índices de evasão escolar.

A necessidade de mudar paradigmas no ensino-aprendizagem apareceu com certa frequência nas falas de alunos, familiares, professores e gestores. Apesar de haver relativo ceticismo à capacidade de superação dos efeitos negativos da pandemia no processo educacional, é possível identificar que a experiência de um novo modelo emergencial de ensino, até então inimaginável, promoveu reflexões e indicações para o futuro próximo.

Para os profissionais de educação, a recuperação ainda demandaria aulas de reforço (55%); engajamento comunitário e parceria família-escola (48%); estratégias criativas e busca ativa (45%); e parcerias com instituições locais (43%). Outras sugestões foram o uso de contraturno, além de maiores investimentos na escola para a redução de turmas por professor e o número de alunos por turma.

ACESSO À INTERNET

(e participação no ensino remoto)



A desigualdade digital é um fator que restringe o acesso à educação de crianças e adolescentes moradores das 16 favelas da Maré. Entre pais e responsáveis, 74% afirmaram que os estudantes sob seus cuidados tinham acesso à internet, e 69% disseram o mesmo em relação ao acesso a equipamentos eletrônicos. De acordo com 64% dos pais e responsáveis, os equipamentos utilizados pelos filhos para acessar o ensino remoto eram celulares, sendo celulares de uso compartilhado em 27% dos respectivos domicílios (mais de uma pessoa utilizava o aparelho na família) e de uso próprio, para cada estudante, em 37% dos respectivos domicílios. Muitos alunos recorreram ao celular dos pais, o que os obrigava a esperar que os adultos da casa retornassem do trabalho. Já 83% dos estudantes declararam dispor de acesso à internet. A maioria – 71% – também indicou possuir dispositivos de acesso. Apenas quatro estudantes dos 630 (0,6% do total) assinalaram possuir celular, tablet e computador.

Apesar de o acesso a tecnologias digitais e à internet ter avançado bastante na Maré na última década, é importante frisar que a qualidade da conexão é frequentemente abalada, por conta da oscilação dos sinais. Muitos estudantes relataram que perderam aulas devido a quedas de internet, como essa aluna da EJA:

“A pior coisa é a internet. Às vezes está lenta, às vezes não abre. Às vezes o exercício que o professor passava, como ocorreu algumas vezes com o professor de física, não abria. Essa foi uma dificuldade minha.”

Aluno da EJA

O pai de um aluno reforçou: “Nas aulas remotas, a internet dos professores cai, cai muito.”

Uma das consequências disso é que até muitos dos alunos que seguiram estudando na pandemia não o fizeram por meio de aulas síncronas (ao vivo e com a possibilidade de interagir com o professor), mas por meio de atividades assíncronas – vídeos e exercícios. “Um problema que a gente vai enfrentar, principalmente nesse retorno, é a defasagem de conteúdo por parte desses alunos que não tiveram aulas síncronas, por conta mesmo da exclusão digital”, disse um professor. Em casos mais extremos, a falta de acesso a tecnologias digitais e à internet provocou o abandono escolar. É o caso de um aluno do 7º ano do Fundamental, cuja mãe lamentou: “Devido à situação do computador, que a gente está sem, ele teve que trancar [a matrícula].”

A pesquisa mostrou que 62% dos estudantes disseram ter conseguido acompanhar as atividades escolares on-line. Um percentual ligeiramente menor – 57% – afirmou ter feito isso usando o aplicativo de ensino remoto da respectiva rede de ensino. É significativo, porém, que os demais estudantes – 38% – não tenham conseguido acompanhar as atividades durante a pandemia e que 43%, da mesma forma, não tenham usado o aplicativo da respectiva rede de ensino.

O motivo mais citado para a não execução de alguma das atividades foi não ter entendido o que era para ser feito (43%). O segundo motivo foi a falta de internet (22%), seguido por falta de dispositivo eletrônico (18%), por problema emocional (15%), falta de material impresso (14%) e de trabalho (8%).

Em relação ao ensino remoto, 69% dos estudantes afirmaram sentir-se prejudicados. Esse percentual reflete a soma de quem declarou que seu grau de participação nas atividades remotas, inclusive naquelas disponibilizadas em material impresso, foi “mais ou menos” (31%), em “poucas atividades” (36%) ou em “nenhuma atividade” (2%).

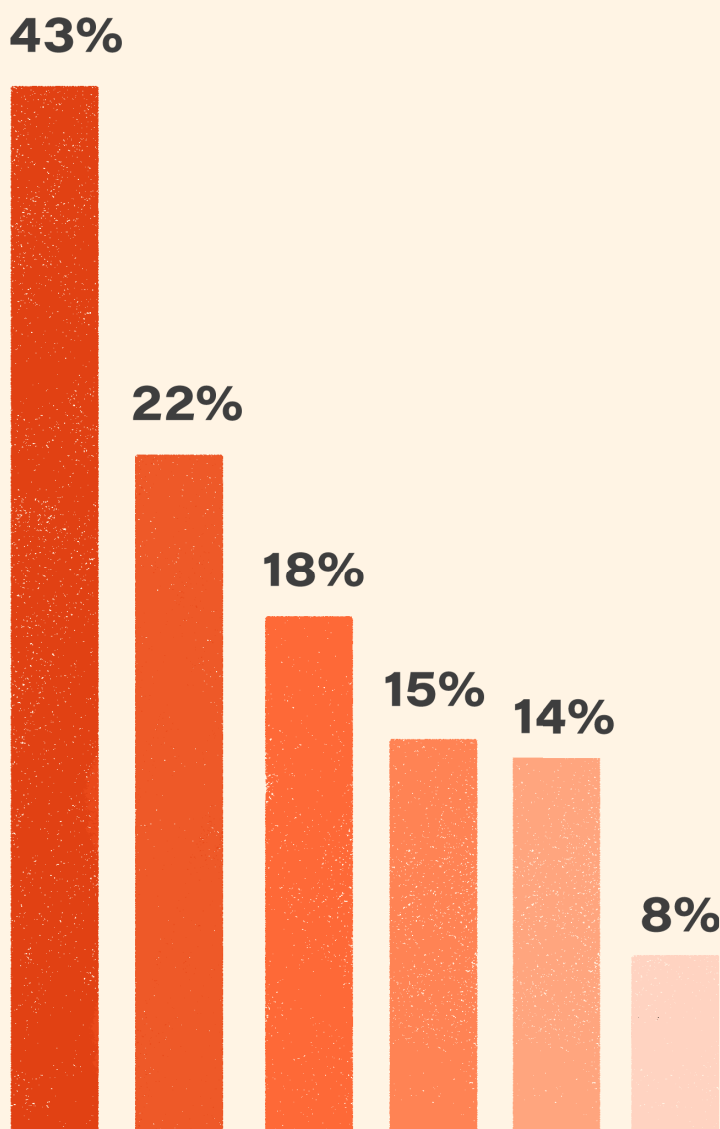
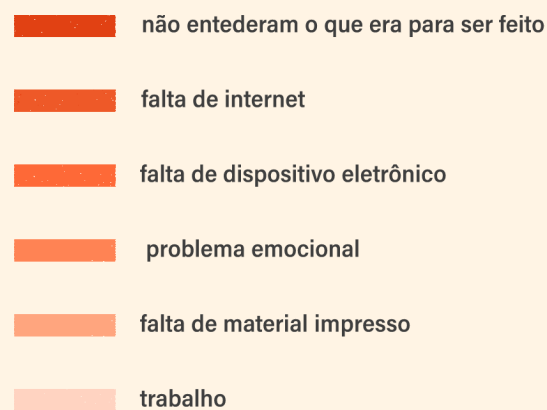
De acordo com 87% dos profissionais que responderam ao questionário, menos da metade de seus alunos aderiram às atividades remotas. Um professor estimou que, “de uma turma de 30 alunos, cinco, quatro acessavam, quando muito”.

São diversos os motivos que levam estudantes a se engajarem menos no ensino remoto. Um deles é a própria falta de conhecimentos sobre recursos digitais: “Aqui na minha casa o meu estudo remoto foi só pelo WhatsApp mesmo. [...] Eu não tive nem acesso a nenhum desses negócios da escola, porque eu não entendo muito de internet. Para a minha facilidade, é mais o WhatsApp mesmo”, disse uma aluna da EJA.

As redes municipal e estadual de educação, em função da necessidade do ensino remoto, criaram aplicativos próprios que, ao longo de 2021, foram sendo aperfeiçoados. O Rioeduca em Casa, do município, oferece a possibilidade de aulas ao vivo, aulas gravadas, além de materiais didáticos dos mais diversos, incluindo simulados, palestras e contação de história. O Applique-se, da rede estadual fluminense, é bem similar, com videoaulas, podcasts e material de apoio para estudo. Ambos são gratuitos e não consomem pacotes de dados, a partir do momento que se tem acesso.

No entanto, familiares de alunos relataram dificuldades para usá-lo. A mãe de uma aluna do 9º ano do Ensino Fundamental fez o seguinte comentário: “O aplicativo é muito difícil, nem eu consegui entender, nem ela”. Com isso, não havia contato possível entre a estudante e os professores: “Não tem comunicação nenhuma, porque só mandam entrar no aplicativo e não tem como entrar no aplicativo.” Quando uma política pública não consegue incluir a todos que deveria beneficiar, o resultado é o acirramento das desigualdades, como aconteceu com alguns estudantes e os aplicativos para o ensino remoto.

Por que não acompanharam as atividades on-line:



APOIO FAMILIAR



Em relação ao apoio familiar para a execução de tarefas escolares durante a pandemia, a pesquisa mostrou que a maioria dos alunos do Ensino Médio não recebia ajuda em casa. Entre os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, 65% afirmaram contar com apoio de familiares ou responsáveis na realização de atividades escolares, percentual que ficou em 32% entre os matriculados no Ensino Médio.

A baixa escolaridade de muitos pais, maior complexidade dos conteúdos do Ensino Médio e a autonomia dos estudantes nessa fase da escola podem explicar, pelo menos em parte, tamanha variação. Das mães que não ajudam nos estudos, por exemplo, 51% tinham completado no máximo o 8º ano do Ensino Fundamental. Chama a atenção também que 19% dos estudantes não souberam informar a escolaridade da mãe.

Dentro da amostra pesquisada, o percentual de pais e responsáveis que afirmaram sempre ou muitas vezes ajudar as crianças e os adolescentes nas atividades escolares chegou a 59%. Por outro lado, 27% disseram apoiar de vez em quando; 9% declararam raramente fazer isso; e 5% relataram que nunca ajudavam.

Os pais e responsáveis que disseram nunca ou raramente ajudar – 14% da amostra – apontaram as seguintes justificativas: “Não entende o conteúdo”, “O estudante não solicita ajuda”, “Não tem tempo” e “O estudante tem ajuda de outra pessoa”. Houve ainda um caso em que a resposta assinalada foi “não ajuda porque não sabe ler”.

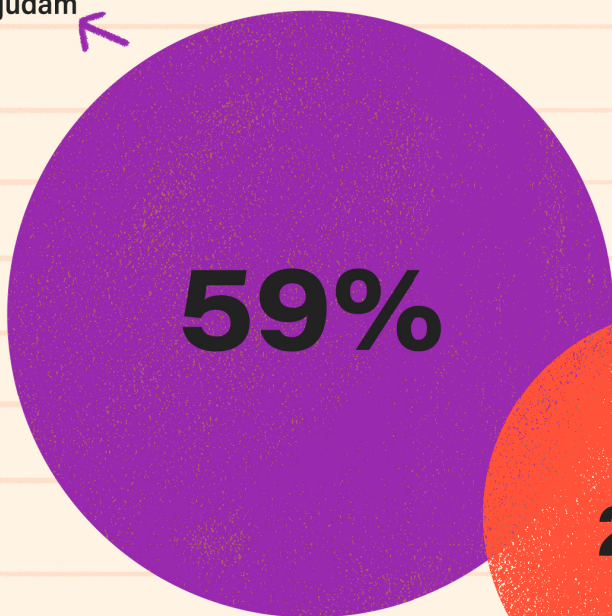
A dificuldade de pais e mães para auxiliar os filhos no ensino remoto foi um desafio adicional para as escolas. A mãe de uma aluna do 9º ano do Ensino Fundamental falou sobre o desgaste e a frustração de querer ajudar a filha e não saber como: “É estressante esse negócio de WhatsApp. Por exemplo, minha filha está no 9º ano, eu tenho até a 4ª série, como que eu vou ensinar a ela uma coisa que eu não estudei?”

Um diretor escolar relatou que os profissionais da educação perceberam que seria preciso apoiar pais e responsáveis, a fim de garantir um acompanhamento a mais para os estudantes em casa. “(...) foi aí a mudança que a gente fez: pensarmos no responsável, para ele poder explicar. E tem responsáveis que não sabem ler, que não sabem escrever. Eu tenho responsáveis quase cegos, que o grau de visão é muito baixo. Então, a gente pensou no tamanho da fonte das letras das atividades, no formato do arquivo. Às vezes, tem um arquivo que, se você amplia, perde resolução. A gente teve que pensar tudo isso”, contou o diretor.

A pandemia reforçou o quanto a parceria família-escola é fundamental para o processo de escolarização de crianças e adolescentes e o quanto os responsáveis podem acompanhar seus filhos, mesmo aqueles com baixa escolaridade. Intensificar essa parceria no retorno das aulas presenciais deve ser considerado pelas escolas, através de estratégias para a aproximação e envolvimento das famílias no cotidiano escolar.

Ajuda dos responsáveis nas tarefas escolares:

sempre ou muitas vezes ajudam



apoiam de vez em quando

27%

5%

9%

raramente ajudam

nunca ajudam

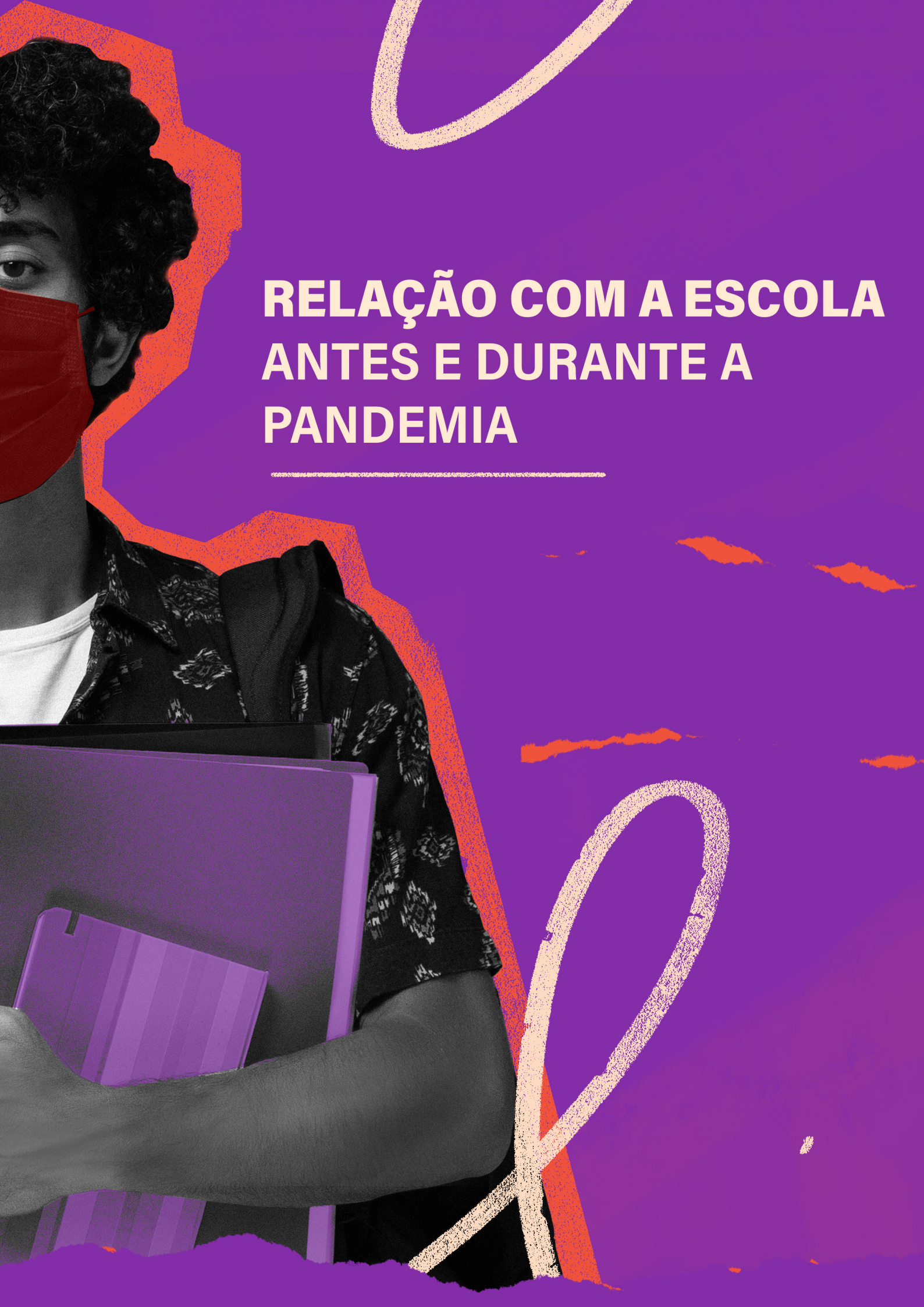
14%

dos pais e responsáveis

afirmam:

- Não entender o conteúdo
- O estudante não solicita ajuda
- Não têm tempo
- O estudante tem ajuda de outra pessoa





RELAÇÃO COM A ESCOLA ANTES E DURANTE A PANDEMIA

A pesquisa revelou também a existência de estudantes que consideraram ter aprendido “muito” durante a pandemia – 8% – ou o “necessário” – 15%. A soma dos dois grupos totaliza 23%.

Alinhados às respostas acima, 11% dos alunos disseram que sua vontade de estudar aumentou, enquanto 5% afirmaram que aumentou muito, totalizando 16% da amostra. Embora se trate de grupos minoritários, é importante prestar atenção ao que esses jovens estão dizendo. Entre os fatores que podem contribuir para esse efeito, contraditoriamente positivo, está o fato de que a atividade escolar passou a ser uma forma de preenchimento do tempo de crianças e adolescentes isolados em casa. Em outras palavras, uma aliada contra o tédio.

Ainda que menos expressivo, é importante atentar para o fato de que há um considerável número de estudantes que, mesmo antes da pandemia, já sofriam com solidão (12%) e tinham dificuldade de fazer amigos (22%). É também significativo que alguns dos estudantes percebiam a escola como local inseguro, onde se sentiam desprotegidos (22%) ou incomodados (12%), e que a frequentavam por obrigação (16%). Quanto à aprendizagem, 19% disseram se sentir entediados, e 10% não consideravam que aprendiam na escola.

Há também o caso de alunos que sofrem bullying. A forma como o sofrimento na escola foi amenizado pelo isolamento social apareceu na fala de um aluno do 7º ano: “Para falar a verdade, eu não tinha muitos colegas, eu sempre sofri bullying pelo meu jeito meio afeminado, por eu não gostar de futebol.”

Já um estudante de EJA que conciliava trabalho e escola relatou que era mais fácil estudar em casa, pois assim evitava o deslocamento até a escola após um longo dia de trabalho: “Eu acordo às 4 e 40 da manhã, todos os dias, e chego em casa quase às 6 da tarde. Então, é o dia inteiro. A gente já chega como? Sem energia. Aí prefere estudar em casa mesmo do que ir andando daqui até a escola. E a escola onde eu estudo não é perto, não, viu?”

Tais questões, vale repetir, precisam ser abordadas com cautela. De fato, há alunos que relatam sofrimentos psíquicos e que viram no isolamento do ensino remoto uma saída para se sentirem mais adequados:

“Eu gosto da pandemia, porque eu não tenho que ter muita comunicação, não tenho que sair tanto [...] Em casa eu acho que foi bom, para eu poder aprender mais de mim mesma, porque antes eu não conseguia lidar com a escola, pois tinha conflitos comigo mesma”

Aluna do 1º ano do Ensino Médio

Por trás desse tipo de relato, porém, há um profundo sofrimento que pode estar se intensificando devido à reclusão. “No momento agora, a minha luta está sendo ter a minha própria autoestima, gostar de mim”, disse a mesma aluna.

Por outro lado, a pesquisa revelou que os alunos afirmaram se sentir acolhidos nas respectivas escolas: 53% disseram se sentir queridos; 71% negaram que se sintam solitários; 57,5% se consideram seguros na escola; e 63% consideram que fazem amigos com facilidade. Indagados se frequentavam a escola por obrigação, 74% responderam que não. Sobre a aprendizagem, 84% afirmaram que aprendem a raciocinar e a ler textos na escola.

Em termos de convivência com os diferentes atores no ambiente escolar, a maioria dos estudantes avaliou como boas ou muito boas as relações com colegas (76%), professores (75%), direção (61%), coordenação pedagógica (64%) e demais funcionários (74%).

Antes da pandemia

21% tinham dificuldade de fazer amigos

12% sofriam com solidão

22% se sentiam desprotegidos

19% disseram se sentir entediados

16% frequentavam a escola por obrigação

12% se sentiam incomodados

6% não consideravam que aprendiam na escola

IMPACTOS
NA SAÚDE



IMPACTOS
NA SAÚDE

IMPACTOS
NA SAÚDE

IMPACTOS
NA SAÚDE

A pandemia teve inúmeros impactos sobre a saúde da população, para além da contaminação pelo coronavírus. No caso da saúde mental, 41% dos estudantes afirmaram ter sido afetados – 257 crianças e adolescentes enfrentaram algum tipo de sofrimento psíquico.

“Logo no início da pandemia, perdi meu pai. A partir daí, desenvolvi um quadro terrível de ansiedade”

Aluno do 8º ano do Ensino Fundamental

Mais da metade dos alunos nesse grupo disse que sua capacidade de estudar e aprender foi afetada devido à ansiedade, à falta de ar, ao medo, à dificuldade para dormir, ao cansaço e aos pensamentos negativos. Foram mencionados problemas como: dificuldade de concentração, depressão, ansiedade e insegurança; mente acelerada; sono, tristeza, falta de foco, angústia, desemprego na família e falta de acesso à internet.

Eis como alguns alunos expressaram suas dificuldades: “pensamentos de que eu não seria capaz”; “ansiedade, pois queria fazer as atividades, mas não me sentia suficiente”; “dava branco”; “eu não entendia, aí começava a chorar”; “incapaz de completar tarefas”; “muito barulho em casa”; “sensação de ter esquecido tudo que tinha aprendido”; “pensamentos desconexos”; “incerteza do futuro”. Uma professora falou sobre algumas das dificuldades que vivenciou no ensino remoto e sobre como o estresse emocional entre os alunos podia abrir caminho para o abandono escolar: “Eu tive uma aluna que a mãe conversou comigo que não ia mais... Ela não ia mais participar do grupo, porque a criança estava muito nervosa, estava emagrecendo, cabelo caindo, estava sofrendo de ansiedade. [...] Muitas crianças saíam do grupo, eu ia atrás, falava com a mãe, aí a criança voltava. [...] Já para o meio de setembro, foi só em outubro de 2020 que eu comecei a perceber isso, que eles estavam ficando realmente doentes com essas aulas [on-line].”

Entre pais e responsáveis, 69% apontaram impactos da pandemia na própria saúde mental e emocional. No caso dos profissionais da educação, 72% relataram o agravamento de problemas de saúde mental e emocional nesse mesmo período. Um terço dos profissionais afirmou ter adquirido doenças ou manifestado sintomas inexistentes antes da pandemia, como ansiedade (18%), crise de pânico (7%) e insônia (2%). Pelo menos 20 profissionais dos 101 que responderam ao questionário recorreram a algum tipo de psicoterapia ou tratamento psiquiátrico; 14 declararam estar fazendo tratamentos para a saúde mental no momento da entrevista; e seis admitiram se automedicar. Um profissional solicitou afastamento de suas funções em decorrência do seu quadro de saúde mental.

Uma professora explicitou como se sentiu e o tipo de pensamentos que teve durante certa fase da pandemia:

“O que eu tô fazendo aqui nessa plataforma? Estou enganando quem? Para quem eu estou ensinando? Para quê? [...] Isso começou a mexer comigo, comecei a chorar, uma fase de ficar deitada, de não querer fazer nada.”

Professora

41%
dos alunos
foram afetados

257
adolescentes
enfrentaram algum tipo
de sofrimento psíquico



Houve queixas também sobre a sobrecarga de trabalho provocada pelo ensino híbrido, em que os profissionais atuavam tanto presencialmente quanto remotamente. “O professor está extremamente sobrecarregado, porque atende o aluno às 7 horas da manhã e às 10 horas da noite, que é a hora em que o pai chega e pode tirar dúvidas. O professor atende o aluno no sábado, porque o pai trabalha de segunda a sexta. Fico muito preocupada com a saúde mental e física do meu professor”, declarou uma diretora.

Entre pais e responsáveis, 69% indicaram que alguém em sua residência foi infectado pelo novo coronavírus durante a pandemia, e 3% deles informaram que a doença resultou em morte. Já entre os estudantes, 37% tiveram alguém da família com covid-19, e 3% afirmaram que a doença resultou em óbito.

Em muitas famílias, pessoas com sintomas de covid-19 não fizeram o teste de confirmação do diagnóstico, especialmente no início da pandemia. Houve relatos das enormes dificuldades para evitar o convívio com quem estava com sintomas. “Na minha casa, só tem um quarto que é usado por todos”, resumiu a mãe de um aluno do 1º ano do Ensino Médio. Outra mãe falou da impossibilidade do isolamento social: “Eu trabalho por conta própria, eu trabalho para poder comer, se eu não trabalhar a gente não come.”

Entre os profissionais da educação, 55% relataram ter sentido sintomas de covid-19 e precisado de atendimento médico. Oito em cada dez disseram ter feito o teste, que deu resultado positivo para 31 profissionais (31% da amostra). Somente um profissional da educação participante da pesquisa precisou ficar hospitalizado.

A maioria dos profissionais (69%) relatou que alunos de suas escolas perderam familiares por causa da covid-19 e 8% deles disseram que estudantes matriculados em suas escolas também morreram devido à doença.

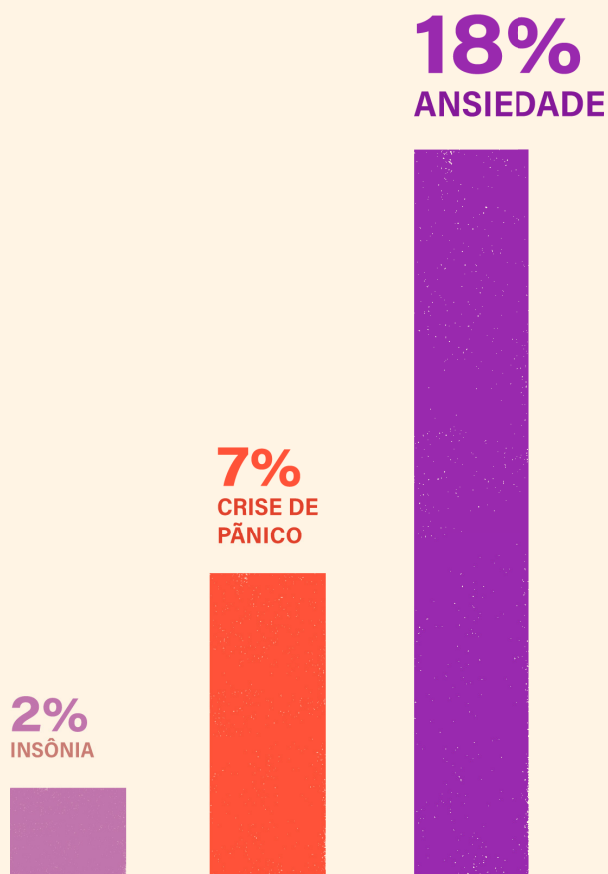
Pais e Responsáveis

69% Apontaram impactos da pandemia na própria saúde mental e emocional

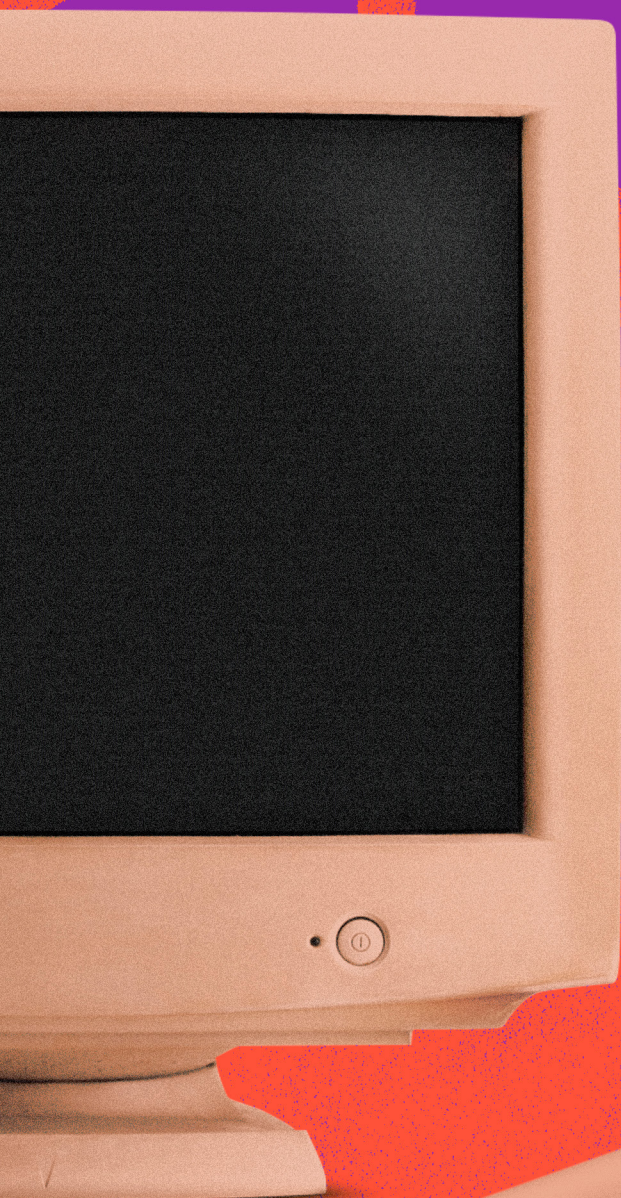
Profissionais da educação

72% relataram o agravamento de problemas de saúde mental e emocional

SINTOMAS ENTRE OS PROFESSORES:



PROFESSORES: TECNOLOGIA DIGITAL E MOTIVAÇÃO

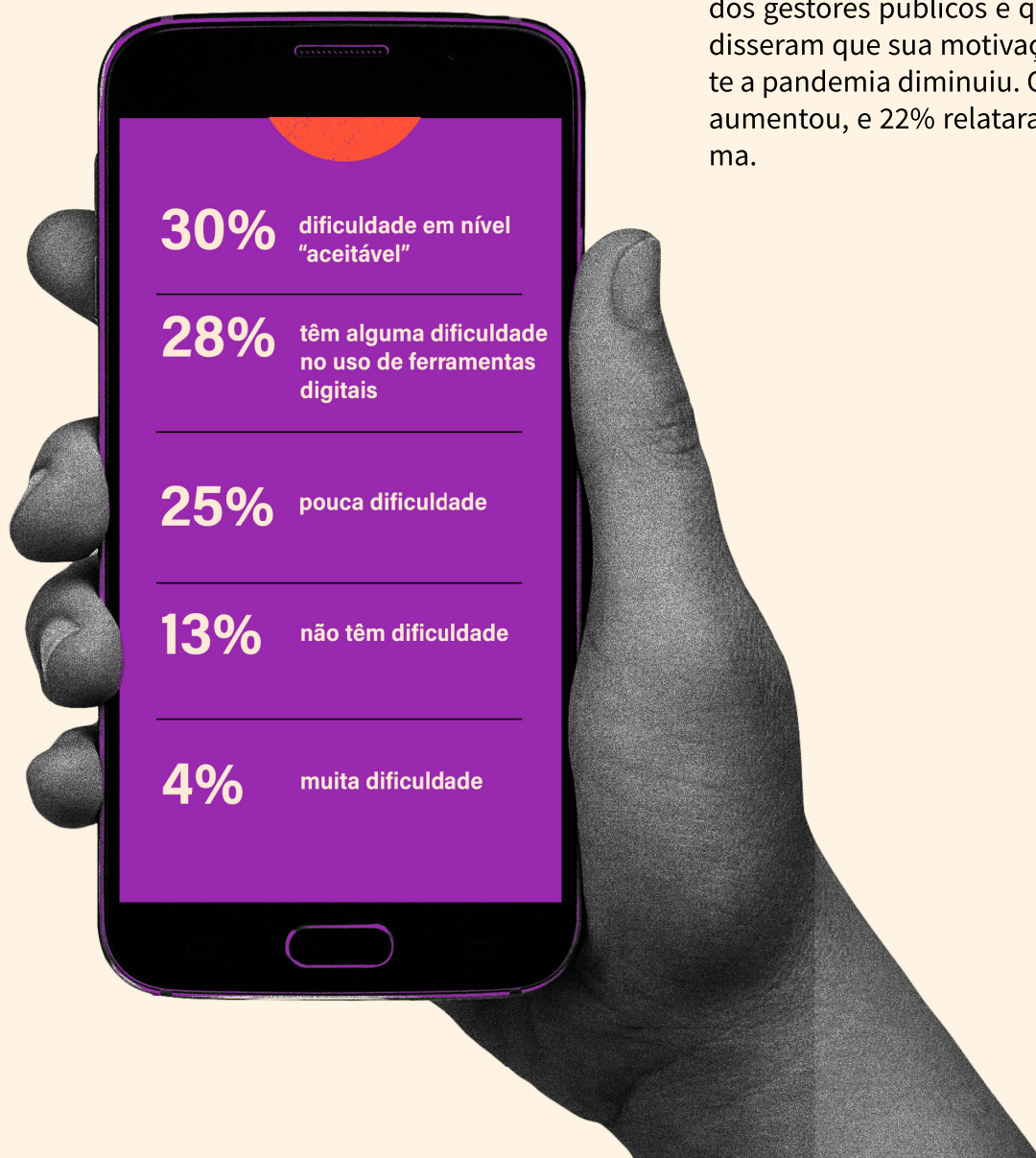


O levantamento com profissionais da educação mostrou que a quase totalidade dos respondentes (95%) pediu ajuda a colegas ou pesquisou na internet para atuar remotamente. Um profissional declarou que professores mais antigos, na escola onde trabalha, demonstraram maior resistência ao uso de novas tecnologias: “A gente teve um grupo grande de professores que teve dificuldade de aceitar, de interagir e de aproveitar, de ver isso como uma coisa boa, de tirar o lado bom desse aprendizado: ‘Para que vou aprender isso, se só vou usar aqui e agora?’”, relatou esse profissional. E acrescentou: “Tem profissionais que voltaram para o presencial, porque não viam a hora de largar o remoto.”

Quase um terço do total relatou ter alguma (28%) ou muita (4%) dificuldade no uso de ferramentas digitais, enquanto 13% afirmaram não ter dificuldade, 25% pouca dificuldade e 30% consideraram ter dificuldades, mas no nível “aceitável”.

Três em cada quatro profissionais (76%) indicaram ter recebido materiais de orientação para atividades remotas das respectivas escolas ou redes de ensino. De acordo com 64% deles, também foram oferecidos cursos de capacitação para sua área de ensino, englobando temas como: informática e como utilizar as ferramentas das plataformas; manejo de plataformas on-line; aplicativos para o trabalho remoto (Google forms, Kahoot, Microsoft teams, Google sala de aula, entre outros); plataforma Rioeduca; boas práticas e saúde mental; educação digital; educação inclusiva na pandemia; ensino remoto e híbrido; protocolos sanitários. Dos profissionais que participaram dos cursos, a maioria os avaliou como “bom” (53%) e “muito bom” (11%), totalizando 64% de avaliações positivas. Entretanto, na opinião dos profissionais, os alunos preferiam materiais impressos para estudar. É o que afirmaram 87% dos profissionais.

Um dado que merece atenção especial por parte dos gestores públicos é que 70% dos profissionais disseram que sua motivação para trabalhar durante a pandemia diminuiu. Outros 8% afirmaram que aumentou, e 22% relataram que continuou a mesma.



Entre os fatores que podem ter contribuído para diminuir a motivação para o trabalho, segundo relatos de profissionais da educação, estão problemas de saúde física e mental, incertezas quanto à segurança sanitária da retomada das aulas presenciais, dificuldades no uso de tecnologias do ensino remoto e frustração por não ver seu trabalho produzir os resultados esperados ou por achar que não recebe o devido reconhecimento.

Um profissional destacou que é preciso “entender a frustração do professor que elaborou uma atividade, que ligou a sua câmera e não apareceu nenhum aluno, e que vai ter que continuar lá por uma, duas, três horas, vai ter que continuar, na semana seguinte, sabendo que não vai ter ninguém”.

Um professor falou sobre a dificuldade ou até impossibilidade de ter contato direto com os estudantes:

“Eu não tinha contato com os alunos em si. Eu montava as atividades, preparava a aula, filmava e a ponte era o WhatsApp. Eu tinha o grupo dos pais, eu passava as atividades para o grupo, e os responsáveis repassavam essas atividades para os alunos, pois eles não tinham celular. Muitas vezes, o aparelho pertencia aos pais que estavam trabalhando. Então, eu não conseguia ter uma relação direta com os alunos.”

Professor

Outra profissional falou da preocupação com o bem-estar dos estudantes, não apenas sob o ponto de vista emocional: “A gente se preocupa muito com o aluno, com o responsável, se aquele responsável vai ter condições de sustentar aquele aluno, não é? Estou falando de comida mesmo, de alimentos.”

Em ambos os casos – de experiências positivas ou negativas na escola – é de se destacar o papel fundamental que os professores desempenham na experiência de cada aluno, comprovando a importância da figura do professor na orientação das diferentes possibilidades oferecidas pelas ferramentas tecnológicas. Uma estudante de EJA exaltou como os professores se mantiveram acessíveis durante a pandemia: “Eu falo com eles direto. Quando eu estou fazendo um dever, pergunto. Como eles mesmos falam: ‘Na dúvida, manda mensagem que a gente conversa, a gente tira as dúvidas’”, relatou a aluna.

Um estudante do 3º ano do Ensino Médio disse como se deu conta, durante a pandemia, da importância dos professores: “Antigamente eu pensava que seria bem melhor se o governo permitisse aos alunos estudarem em casa. Afinal, hoje em dia, tudo o que você quer aprender você pesquisa no YouTube e aprende. Só que, na prática, vi que é muito melhor ter um professor para perguntar e é muito melhor estudar na escola.”



70%

Disseram que a motivação para trabalhar diminuiu



22%

Relataram que a motivação continuou a mesma



8%

Disseram que a motivação para trabalhar aumentou



POLÍTICA EDUCACIONAL

Para entender como as diferentes instâncias do poder público (governo federal, estadual e municipal) enfrentaram com políticas públicas o impacto da covid-19 na educação, foi realizado, no âmbito dessa pesquisa, um levantamento de atos normativos, leis, resoluções e decretos publicados entre março de 2020 e julho de 2021. Tal levantamento evidenciou a falta de articulação entre as atuações do governo federal e dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro em relação à educação, trazendo à tona a fragilidade da articulação política e do pacto federativo brasileiro.

Na esfera federal, basicamente a ação do MEC se limitou à autorização para a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, enquanto a pandemia persistisse, e a dispensa da obrigatoriedade do total de dias efetivos de trabalho escolar, na Educação Básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), desde que cumprida a exigência de carga horária com ações educacionais/pedagógicas por meio de recursos tecnológicos/comunicacionais.

Não houve qualquer tentativa do MEC de buscar uma articulação com governos estaduais e municipais, visando a criação de parâmetros nacionais para o sistema educacional. Somente em outubro de 2020, o MEC lançou o Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, contudo, o documento não contou com qualquer programa ou política pública nacional que buscasse criar condições para que todas as escolas públicas seguissem as orientações, considerando as especificidades locais, as condições de infraestrutura e o próprio controle da pandemia em cada região.

No Rio de Janeiro, o Governo estadual, através da Secretaria Estadual de Educação, lançou uma série de resoluções e decretos no sentido de regulamentar o ensino remoto e criar algumas alternativas pedagógicas para que o mesmo pudesse ser viabilizado, como o lançamento da plataforma digital/aplicativo Applique-se.

As tentativas para retorno das atividades presenciais começaram a ocorrer em outubro de 2020, quando a rede estadual liberou aula presencial para o 3º ano do Ensino Médio e para a 4ª fase da Educação de Jovens e Adultos, para a finalização do ano letivo, já que são etapas terminais desse segmento de ensino. O ano letivo de 2021 iniciou-se em 8 de fevereiro, com a previsão de ensino híbrido, mas as atividades presenciais foram suspensas diante do aumento do número de casos de covid-19. No dia 26 de julho, foi lançado o primeiro plano para retorno presencial, submetido ao controle de contágio de cada município, contudo, as aulas no formato exclusivamente presencial só aconteceram a partir de 25 de outubro.

Nem todas as quatro escolas estaduais em funcionamento na região da Maré conseguiram seguir as orientações para a tentativa de retorno no formato de ensino híbrido, ao longo dos anos de 2020 e 2021, mas em outubro todas passaram a funcionar no formato presencial.

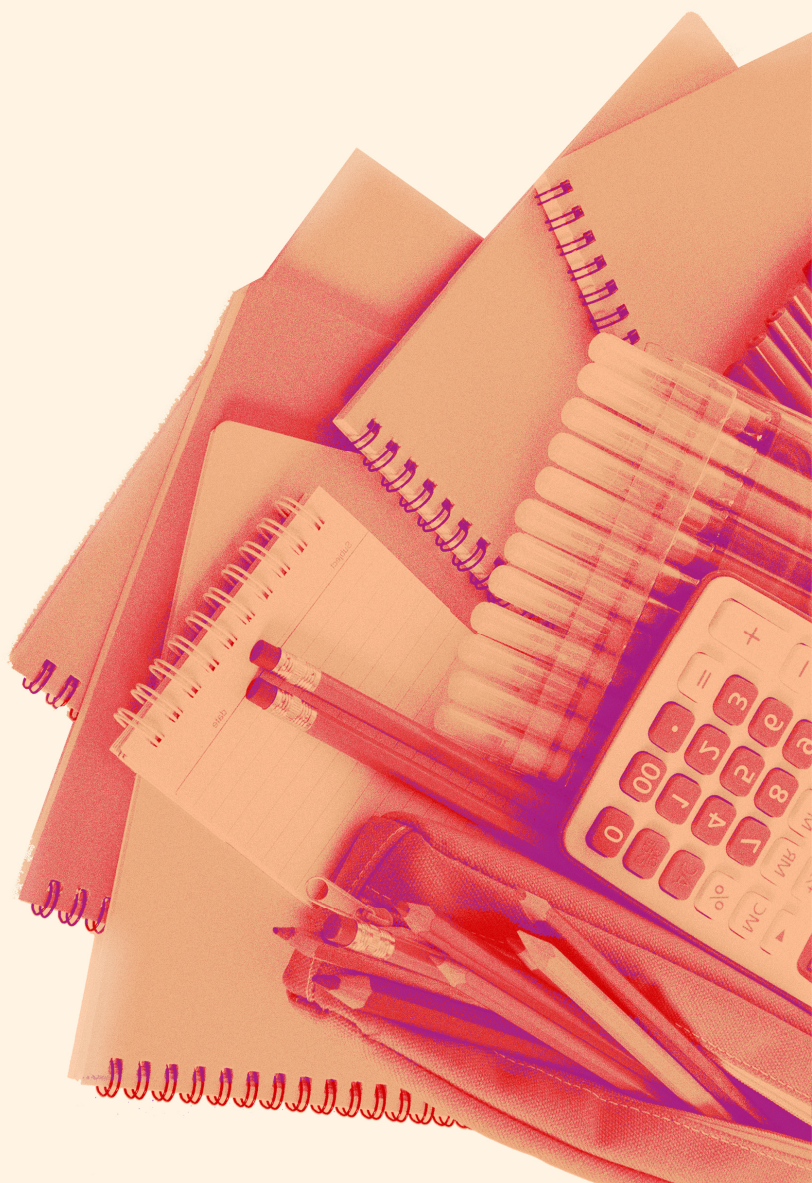
No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Educação também publicou uma série de resoluções, desde a suspensão por tempo indeterminado das atividades presenciais, em 21 de março de 2020, para organizar as atividades das escolas, tanto para a área administrativa quanto para a pedagógica. Em 18 de novembro de 2020, foram publicadas as “Regras de Ouro”, orientações sanitárias para a escala dos profissionais que voltaram presencialmente às escolas e retorno dos alunos do 9º ano e do último ano da EJA.

A nova gestão municipal iniciou o ano de 2021 lançando, em 27 de janeiro, o plano de volta às aulas em três fases, com previsão para o retorno na modalidade de ensino remoto em 8 de fevereiro e presencial facultativo em 24 do mesmo mês. Neste dia, a Secretaria Municipal de Educação divulgou que 38 escolas de toda a cidade haviam retomado as aulas presenciais; em 3 de março, mais 82.

Até aquele momento, nenhuma das 46 escolas municipais da Maré havia reiniciado as atividades presenciais. No dia 10 de março, a Secretaria anunciou o retorno de 151 escolas, mas, na Maré, somente nove estavam aptas a retomarem as atividades, porque atendiam aos protocolos sanitários estabelecidos.

Com o retorno das aulas presenciais em toda a rede municipal, das 46 escolas municipais na Maré, quatro não puderam voltar imediatamente, devido às próprias características locais e à falta de infraestrutura das escolas. Os regulamentos sanitários demandaram ações que nem toda escola contemplava, o que tornou mais demorado o processo de retorno dos alunos às salas de aula. As dificuldades encontradas pelas escolas que impediram o retorno presencial passaram, principalmente, por problemas de estrutura física: fornecimento regular de água, adaptações de salas de aula para atendimento às normas sanitárias, reforma de banheiros e adaptação de refeitórios.

Mesmo com o retorno em formato híbrido - revezamento dos alunos nas atividades presenciais - a ocorrência de casos de contaminação de covid-19 de estudantes ou profissionais da educação exigiu, em alguns momentos, que as escolas suspendessem as atividades presenciais para que todos pudessem cumprir o protocolo de isolamento social. Em 3 de novembro de 2021, todas as escolas da rede municipal passaram a ter aulas presenciais, inclusive todas as 46 escolas das favelas da Maré.



A REDE PÚBLICA DE ENSINO NA MARÉ



O Conjunto de Favelas da Maré tem 50 escolas públicas: 46 municipais e quatro estaduais. A primeira da região é a Escola Municipal Bahia, fundada em 1936. Já a primeira escola estadual, o Colégio Estadual Bahia, começou a funcionar em 1972, no prédio da escola municipal – daí terem o mesmo nome. Até hoje, durante o dia, o local abriga turmas de Ensino Fundamental da rede municipal e, à noite, turmas de Ensino Médio da rede estadual.

A ampliação do número de escolas na Maré ocorreu na década passada: 25 das atuais 46 escolas municipais foram inauguradas entre 2011 e 2018. Nada menos que 54% do total. Em 2004, a rede municipal tinha 21 unidades nas favelas da Maré. Sete anos depois, em 2011, com a inauguração de mais uma escola, esse número passou para 22. Nos sete anos seguintes, até 2018, a rede municipal atingiu o atual número de 46 unidades.

Em funcionamento em 2022, são sete creches, 14 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI), um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e 24 unidades escolares que se dividem no atendimento aos dois segmentos do Ensino Fundamental. Dessas, 19 atendem aos Anos Iniciais (1º ao 6º anos) e cinco atendem aos Anos Finais (6º ao 9º anos).

Dos quatro estabelecimentos estaduais de ensino, um também foi inaugurado na última década, o Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes, fruto da articulação entre a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, a Redes da Maré e a associação de moradores. O colégio oferece Ensino Médio integrado ao ensino técnico, com ênfase em empreendedorismo.

Apesar da ampliação da oferta de educação básica na Maré, o número de vagas continua insuficiente nas creches, nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Ainda há uma concentração de escolas do mesmo segmento em algumas favelas, enquanto falta em outras. Isso faz com que alunos nessas etapas de ensino tenham que buscar vagas em outras favelas distantes de suas casas ou mesmo fora da Maré, o que dificulta a continuidade dos estudos.

A evasão escolar também era uma realidade, mesmo antes da pandemia. Em julho de 2019, a questão da permanência dos alunos nas escolas já merecia a atenção dos gestores públicos. A Rede municipal de Educação, responsável pela totalidade das vagas no Ensino Fundamental, tinha 56 turmas para alunos do 1º ano do Ensino Fundamental e somente 15 para alunos do 9º ano, último ano desse segmento.

Um simples cálculo dá a dimensão da estreiteza do funil, isto é, do número de crianças que começam a estudar, mas não avançam por diferentes motivos. Considerando o teto de alunos por turma em cada ano, haveria um máximo possível de 1.400 alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental e 600, no 9º ano. Ou seja, uma diferença de 800 crianças retidas (reprovação) ou que se perdem no caminho (evasão).

Logo, se essa situação se mantiver por oito anos, 800 alunos da rede municipal de educação terão se evadido das escolas – ou uma parte deles estará em situação de atraso escolar.

IDEB E QUALIDADE DE ENSINO

© 2014. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem a autorização expressa da Editora.



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é o principal indicador de qualidade do ensino no Brasil. Sua escala vai de 0 a 10 e produz resultados que retratam a situação do país, dos estados, dos municípios e das escolas. Sete das escolas pesquisadas participaram de uma ou mais edições do Ideb - cinco unidades escolares municipais, com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, e duas estaduais, de Ensino Médio. O indicador não é calculado para escolas da EJA.

Embora as escolas da Maré tenham proximidade geográfica, não é possível traçar um panorama para o conjunto delas, já que nem todas participaram das edições do Ideb a cada dois anos. Além disso, algumas unidades apresentam oscilações de resultados, ora para cima, ora para baixo, de modo que não é possível definir uma tendência de crescimento ou queda geral de desempenho.

Em 2019, as cinco escolas municipais da pesquisa que participaram da edição do Ideb naquele ano ficaram abaixo da média da rede municipal do Rio: 4,9 para o total geral do município, contra uma variação de 3,8 a 4,8 na Maré.

O Ideb das escolas de Ensino Médio só passou a ser divulgado em 2017. Das quatro escolas que atendem a esse segmento na Maré, apenas duas participaram da avaliação, sendo uma de 2017 e outra de 2019. As duas escolas ficaram com resultados abaixo da média da rede estadual, nas duas edições. Em 2017, o Ideb das escolas da rede estadual foi 3,3 e o da escola da Maré, 2,6. Em 2019, a média estadual foi 3,5 e o resultado da escola da Maré foi de 2,8.

É importante ressaltar que, historicamente, as escolas do Conjunto de Favelas da Maré convivem com diferentes desafios que atravessam o cotidiano e interferem na oferta das atividades pedagógicas, impactando o desempenho dos alunos nas avaliações oficiais e também na própria realização das provas. Interrupções das aulas devido a operações policiais ou conflitos entre grupos criminosos armados, problemas de infraestrutura dos prédios escolares, falta de água ou de energia elétrica, falta de professores e de vagas em escolas próximas às residências dos estudantes já eram parte do cotidiano antes da covid-19. Além disso, a vulnerabilidade dos moradores frente à violência urbana se traduz pela violação sistemática de direitos decorrente da atuação de grupos criminosos armados e o processo de militarização das ações policiais legitimado pela “guerra às drogas”. Não há uma política de segurança pública definida e bem contornada, preservando a vida da população.

Esse cenário traz consequências desastrosas para o desenvolvimento territorial da região e para a garantia de direitos que estruturam a vida dos moradores da Maré, como a educação pública de qualidade. Dados do Boletim de Direito à Segurança Pública na Maré¹, publicado pela Redes da Maré, mostram que em 2016 foram 20 dias com aulas suspensas. Em 2017, foram 35 dias em que ao menos uma escola ficou sem aulas. Em 2018, foram dez dias, em 2019, 24 dias e em 2020, oito dias somente até 13 de março, quando as atividades presenciais foram suspensas. Considerando que o ano letivo no Brasil tem 200 dias, os dados revelam que, uma vez mantida a média de fechamento de escolas por conta de confrontos armados, ao final dos 14 anos do ciclo escolar da Educação Básica (Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio), estudantes da Maré poderão perder até 490 dias letivos, o que corresponde a, aproximadamente, dois anos e meio de escolarização. Nesse cenário, a garantia constitucional de direito à educação das crianças e adolescentes da Maré estará gravemente comprometida.

¹<https://www.redesdamare.org.br/publicacoes>

2016

20
dias

com aulas suspensas

2017

35
dias

em que ao menos 1 escola ficou sem aulas

2018

10
dias

sem aulas

2019

24
dias

sem aulas

2020

8
dias

sem aulas

Ano letivo no Brasil = 200 dias

por conta de confrontos armados, ao final de

14 anos

do ciclo escolar da Educação Básica,

estudantes da Maré poderão perder até

490 dias letivos,

o que corresponde a, aproximadamente,

2 anos e meio de escolarização.

DESENHO DA PESQUISA



A primeira etapa da pesquisa contou com 89 entrevistas semiestruturadas, realizadas entre maio e junho de 2021, com a comunidade escolar de 18 escolas²: 14 da rede municipal (cinco de anos finais do Ensino Fundamental, cinco de anos iniciais até o 6º ano do Ensino Fundamental e quatro de Educação de Jovens e Adultos) e 4 da rede estadual (Ensino Médio Regular e Técnico). Foram ouvidos dois gestores da área de educação do município e do estado, 18 diretores, 15 coordenadores pedagógicos, 24 professores, 14 pais/familiares/responsáveis de alunos e 16 estudantes.

Na segunda etapa, realizada entre agosto e setembro, foram aplicados 832 questionários entre alunos, responsáveis e profissionais de educação que atuavam em 13 escolas: nove da rede municipal, sendo cinco de anos finais e quatro de Educação de Jovens e Adultos; e quatro da rede estadual que atendem ao Ensino Médio.

Primeira Etapa

- **89** entrevistas semiestruturadas, realizadas entre maio e junho de 2021, com a comunidade escolar de:
- **18** escolas
- **14** da rede municipal
- **4** da rede estadual

-
- **2** gestores da área de educação do município e do estado
 - **18** diretores
 - **15** coordenadores pedagógicos
 - **24** da rede estadual
 - **14** pais/familiares/responsáveis de alunos
 - **16** estudantes

²Foram 18 escolas que participaram da etapa qualitativa: quatro da rede estadual: C. E. Bahia, C. E. Professor João Borges De Moraes, CIEP 326 Professor Cesar Pernetta e C. E. Tenente General Napion; 14 da rede municipal, sendo cinco dos anos finais: Escola Municipal Bahia, Escola Municipal Professor Josué de Castro, Escola Municipal Escritor Millôr Fernandes, Escola Municipal Olimpíadas Rio 2016 e CIEP Operário Vicente Mariano; e oito dos anos iniciais até o 6º ano: EM IV Centenário, EM Tenente General Napion, EM Escritor Bartolomeu Campos de Queirós, EM Osmar Paiva Camelo, EM Lino Martins da Silva, Ciep Hélio Smidt, Ciep Presidente Samora Machel e Ciep Elis Regina; uma de Educação de Jovens e Adultos: CIEP Ministro Gustavo Capanema.

³Escolas que participaram da parte quantitativa 13: quatro escolas da rede estadual: Colégio Estadual Tenente General Napion; Colégio Estadual Bahia; CIEP 326 Professor Cesar Pernetta e Colégio Estadual Professor João Borges De Moraes. Nove escolas da rede municipal. Dessas, quatro atendem à Educação de Jovens e Adultos: Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA – MARÉ); CIEP Leonel de Moura Brizola; CIEP Ministro Gustavo Capanema e Escola Municipal Erpídio Cabral de Souza (Índio da Maré). As outras cinco atendem aos anos finais do Ensino Fundamental: Escola Municipal Bahia, Escola Municipal Professor Josué de Castro, Escola Municipal Escritor Millôr Fernandes, Escola Municipal Olimpíadas Rio 2016 e CIEP Operário Vicente Mariano.

Na segunda fase da pesquisa, a etapa quantitativa, os 832 respondentes foram distribuídos entre 630 alunos, 101 profissionais de educação e 101 familiares. O perfil dos respondentes pode apontar tendências e subsidiar futuros levantamentos, já que as 13 escolas onde foram aplicados os questionários tinham 6.068 estudantes matriculados em 2019, o equivalente a cerca de 30% do total na Maré.

Em agosto de 2021, teve início a fase dos questionários, aplicados entre alunos, responsáveis e profissionais da educação, que apresentaram esse perfil:

Alunos:

A grande maioria dos 630 estudantes que responderam ao questionário tinham idade entre 11 e 21 anos (92%) e estavam matriculados em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio e da EJA de Ensino Fundamental e Médio. A maior parte dos alunos se auto-declarou parda (45,7%) ou preta (24,9%), enquanto a divisão por gênero foi bastante igualitária, sendo 51% dos entrevistados do sexo masculino e 49% do sexo feminino.

Oito em cada dez respondentes declararam morar com a mãe, podendo ou não ter outro familiar na residência (pai/padrasto, avós, etc.). E 54% da amostra informou ter que cuidar de alguém da família – irmãos, pais e avós, entre outros. Esse dado, que reduz o tempo disponível para o estudo e o lazer, pode apontar a necessidade de maior número de creches ou de escolas em tempo integral na Maré, como solução para pais que trabalham e não têm como ficar em casa para cuidar dos filhos. Importante destacar que 47 estudantes entrevistados (7,5% do total) trabalhavam no período da pesquisa. Estes são majoritariamente meninos (28), menores de 18 anos (29, sendo dez menores de 16 anos) e cursando o Ensino Médio (27).

— **630**
estudantes
responderam
o questionário

— a maioria entre
11 e 21 anos

— **51%** 
do sexo masculino

— **45,7%**
se autodeclararam pardos

— **24,9%**
se autodeclararam pretos

Responsáveis:

Dos 101 responsáveis que responderam ao questionário, 90% eram mulheres. A seleção foi feita por demanda espontânea, de modo que não há necessariamente ligação direta com os alunos participantes da pesquisa. O grupo de pais e responsáveis residia em 13 das 16 favelas do Conjunto de Favelas da Maré, o que reforça a representatividade territorial do levantamento e joga luz sobre as condições socioeconômicas das famílias.

Oito em cada dez responsáveis se autodeclararam pretos (28%) e pardos (51%), totalizando 79%. Os demais 21% se autodeclararam brancos. Quanto à escolaridade, seis em cada dez não estudaram além do Ensino Fundamental, e 64% afirmaram ter três filhos ou mais.

Os dados de renda e de desemprego são reveladores da realidade enfrentada por boa parte das famílias no Conjunto de Favelas da Maré – situação que foi agravada durante a pandemia. Nada menos que 83% dos respondentes afirmaram que sua renda familiar mensal não ultrapassava um salário mínimo, cujo valor era de R\$ 1.100 em 2021. Cabe registrar que metade da amostra (50%) declarou que sua renda familiar estava na faixa de meio salário mínimo ou menos. E 34% afirmaram que nenhuma pessoa na família estava trabalhando. Em relação ao vínculo de emprego no momento da pesquisa, 51% declararam estar desempregados e 20% fazendo bicos, enquanto apenas 14% tinham vínculo empregatício formal.

— **110**
responsáveis responderam ao questionário

— **90%**
de mulheres

O grupo de pais e responsáveis residia em
— **13 das 16**
favelas do Conjunto de Favelas da Maré

— **28%**
se autodeclararam pretos

— **51%**
se autodeclararam pardos

— **21%**
se autodeclararam brancos

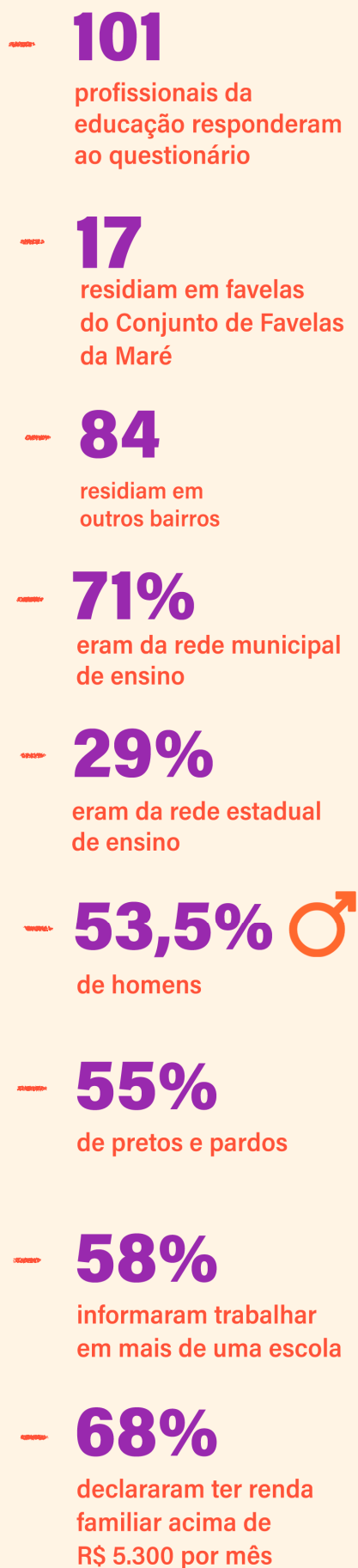
— **6 em cada 10**
não estudaram além do Ensino Fundamental

— **64%**
afirmaram ter três filhos ou mais

Profissionais da educação:

Dos 101 profissionais da educação que responderam ao questionário, 17 residiam em favelas do Conjunto de Favelas da Maré e 84 em outros bairros. Eram todos professores e coordenadores pedagógicos, a maior parte (71%) da rede municipal de ensino – os demais 29% trabalhavam na rede estadual. A maioria era formada por homens (53,5%), e 41% dos profissionais se autodeclararam brancos (quase o dobro do percentual de pais e responsáveis da mesma cor – 21%). O percentual de negros (pretos e pardos) ficou em 55%.

Mais da metade dos respondentes (58%) informou trabalhar em mais de uma escola, e 68% declararam ter renda familiar acima de R\$ 5.300 por mês.



A partir dos resultados da pesquisa **Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio**, elencamos recomendações capazes de reduzir ou minimizar os danos causados à aprendizagem de crianças e adolescentes nesses dois anos, desde o início da pandemia. São sugestões de ações urgentes num momento importante, em que a grande maioria dos estudantes volta a ter aulas presenciais e, muito provavelmente, suas fragilidades e fraquezas escolares estarão como nunca à mostra, provocando mais desafios aos gestores públicos, diretores, professores, alunos e famílias. São propostas alinhadas com a realidade, que visam fomentar debates e reflexões, em um ano em que muito se discutirá os rumos da educação no país, por conta das eleições, mas, também, da reforma do Ensino Médio e da revisão da lei que prevê ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas.

As recomendações abaixo funcionam como um alerta aos poderes públicos de diferentes instâncias. A Maré é um bairro na cidade do Rio de Janeiro com população de mais de 96% dos 5.568 municípios do país. O cenário apresentado neste estudo pode iluminar ações tanto para as escolas das 16 favelas locais, como de muitas outras cidades e estados do país. É hora de agir:

1) Busca ativa de estudantes que não retornaram às aulas presenciais.

É fundamental que as secretarias municipal e estadual de Educação desenvolvam políticas públicas para localizar e reconduzir à escola crianças e adolescentes que tenham abandonado os estudos, envolvendo atores locais e diálogo intersetorial. Aliado a isso, recomendamos:

- Criação de uma rede intersetorial de proteção para garantir o direito constitucional de acesso e permanência de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, à educação.
- Simplificação dos processos de matrículas de crianças e adolescentes nas unidades escolares, tanto na rede municipal quanto na rede estadual.
- Garantia de vagas para atender à demanda da população da Maré, das redes municipal e estadual, perto da residência dos estudantes, garantindo o direito constitucional e considerando as especificidades locais.
- Retomada do projeto de criação de uma subcoordenadoria de educação, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a ser instalada no Conjunto de Favelas da Maré.

2) Reorganização do currículo para a recuperação dos conteúdos de 2020 e 2021.

O planejamento escolar para 2022 deve considerar o grau de participação de cada aluno nas atividades escolares, ao longo de 20 meses de aulas presenciais suspensas. Será necessário um diagnóstico da situação de cada um para identificação daqueles que tiveram um maior impacto, em termos de aprendizagem e de saúde física, mental e emocional, para garantir as melhores condições pedagógicas, alinhadas com a realidade de cada aluno, para a continuidade do processo de escolarização.

3) Uso da tecnologia para inovação pedagógica.

O conhecimento gerado a partir do uso de tecnologias no ensino remoto deve ser incorporado às práticas pedagógicas, a fim de contribuir para a inovação e para a recuperação da aprendizagem após a retomada das aulas presenciais. Para tanto, será necessário:

- Garantir a infraestrutura necessária em termos de equipamentos e de acesso à internet em todas as escolas;
- Dar continuidade à formação dos professores para uso de tecnologias nas atividades presenciais;
- Incentivar que os professores orientem seus alunos para a utilização de recursos tecnológicos, favorecendo um processo de ensino-aprendizado dinâmico e atrativo, sobretudo para alunos das séries mais avançadas, que já adquiriram maior autonomia nos estudos.

4) Estratégias para maior participação das famílias no contexto escolar.

A suspensão das aulas presenciais exigiu uma parceria mais estreita entre famílias e escolas para a manutenção do processo educativo dos alunos. Isso demonstrou o quanto essa parceria é fundamental para o processo de escolarização de crianças e adolescentes. Dessa forma, é necessário:

- Criação de estratégias pelas escolas para fomentar a participação das famílias dos estudantes, criando oportunidades concretas para intensificar essa parceria;
- Realização de ações com instituições locais para a valorização do espaço físico e simbólico da escola junto à comunidade escolar e entorno.

5) Criação de programas para cuidado da saúde mental da comunidade escolar.

Durante a pandemia, demonstrado pelos dados da pesquisa na comunidade escolar da Maré, a demanda por atendimento de profissionais de psicologia ou de psiquiatria se intensificou. Essa demanda, agravada pelo contexto de medos, incertezas, e causada, sobretudo, pela necessidade de isolamento social irá interferir no processo educativo dos alunos.

Sendo assim, recomenda-se que sejam intensificadas as parcerias e a articulação de diferentes órgãos dos governos estadual e municipal para ações de cuidado mental de comunidade escolar: profissionais da educação, alunos e familiares.

6) Articulação de diferentes órgãos públicos para ações de preservação das unidades escolares:

O contexto da pandemia intensificou algumas questões, já recorrentes nas escolas da Maré, que interferem na oferta do ensino oferecido. Vale aqui lembrar que o atual número de escolas públicas em funcionamento na Maré é resultado de lutas e mobilização dos moradores, desde o início da criação do bairro.

Dessa forma, ações do poder público devem garantir que as unidades escolares sejam preservadas, do ponto de vista da infraestrutura para funcionamento e da conservação do entorno. A violência não pode ser um elemento que dificulte a oferta de serviços básicos para a população.

Com a suspensão das aulas presenciais, as unidades escolares se viram esvaziadas, o que intensificou os eventos de invasões seguidas de furtos e danificação dos prédios. Esses eventos demandam resposta rápida do poder público para ações que garantam a manutenção dos prédios escolares, assim como de seus entornos, garantindo a possibilidade de funcionamento e valorização dos mesmos, com ações das secretarias de educação.

As recomendações que emergem desta pesquisa refletem os impactos diretos da pandemia em um contexto educacional que já se colocava precarizado, mesmo antes de março de 2020. Dessa forma, o que observamos foi o acirramento das desigualdades educacionais de moradores da Maré que só poderão ser enfrentadas a partir de uma política robusta não só dos órgãos responsáveis pela educação, mas uma perspectiva intersetorial que considere a participação efetiva dos pais e das instituições locais.

Espera-se que, com esse trabalho, possamos trazer à tona questões fundamentais que interferem no desenvolvimento da Maré, mas que, considerando suas características sociodemográficas, podem ilustrar a realidade das periferias de diferentes estados brasileiros.

PARCEIROS INSTITUCIONAIS

A organização não governamental Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil que tem como missão contribuir para a efetivação dos direitos da população que reside no Conjunto de 16 favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, realiza cerca de 60 projetos dentro de cinco eixos de atuação: Educação; Arte, Cultura, Memórias e Identidades; Direitos Urbanos e Socioambientais; Saúde; e Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça. Conta com cerca de 40 parceiros nacionais e internacionais, com uma rede de quase 300 tece-dores e mantém dez espaços abertos à população das favelas da Maré.

O Instituto Unibanco foi criado em 1982 e atua para a melhoria da educação pública no Brasil, por meio da gestão educacional para o avanço contínuo. O Instituto apoia e desenvolve soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino nas escolas públicas. Além de resultados sustentáveis de aprendizagem, trabalha pela equidade no ensino, tanto entre as escolas, como no interior de cada uma delas, com base em quatro valores fundamentais: conectar ideias, acelerar transformações, valorizar a diversidade e ser fundamentado em evidências.

Expediente:

Texto:

Andréia Martins, Andréia Cidade e Monizza Rizzini

Edição:

Demétrio Weber e Adriana Pavlova

Projeto Gráfico e Diagramação:

Juliana Barbosa

Revisão:

Adriana Pavlova, Eliana Sousa Silva e Luiz Assumpção

Produção Editorial:

Julia Bruce

Equipe da pesquisa:

Coordenação da pesquisa:

Andréia Martins

Pesquisadoras:

Andréia Cidade e Juliana Leite

Supervisão de campo:

Alessandra Pinheiro

Assistente de campo:

Alessandra Prado

Equipe de pesquisadoras de campo:

Aline Ádria, Cláudia Martins, Edvania Ferreira, Elza Sousa, Maria Daiane de Araújo, Nívia Claudia Katica e Vanessa Garcia.

Tratamento e tabulação de dados:

Bianca Cambiaghi e Pamela Matos

Esta é uma publicação do Núcleo de Pesquisas e Monitoramento de Projetos - Nupem - e do Eixo Educação da Redes da Maré, em parceria com o Instituto Unibanco, como parte do esforço de produzir conhecimento sobre o contexto educacional nas 16 favelas da Maré.